"Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica"

Com este título, Mary Del Priori e Renato Pinto Venâncio, oferecem, após a regulamentação da Lei 10.639/03 (artigo 26A da LDB)[12] que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos Negros no Brasil no ensino básico, mais uma contribuição para os movimentos sociais, os docentes, os estudantes e os estudiosos de história, em especial de história da África.

O livro, publicado em 2004 pela Editora Campos do Rio de Janeiro, é de fundamental importância para aqueles que pretendem trabalhar com o novo artigo da LDB. Não é somente mais um livro sobre África no mercado editorial. Ele apareceu no momento em que havia, e há ainda hoje (10 anos após a publicação da Lei), uma demanda grande, em seu caráter didático, de conhecimentos sobre a história, ou histórias da África. Ou seja, para os docentes de ciências humanas, no ensino Básico, ele representa um importante instrumento didático.

Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica, como os próprios autores afirmam, "pretende resgatar uma pequena parte da história de nossos avós na África Atlântica, principalmente entre os séculos XVI e XVIII" (introdução).

Além disso, com uma linguagem didática, resgatam histórias que, de certa forma, quebram todos os mitos de uma história africana única, perdida, sem passado, sem civilizações, primitiva, pagã, de homens nus e de homens e mulheres que não foram sujeitos de sua própria história.

Aliás, essa é a principal abordagem da obra: apresentar os africanos, "nossos avós", como sujeitos partícipes da história mundial. Ao contrário do que aprendemos nos manuais escolares sobre os "civilizadores europeus" os "nativos indígenas" e "os escravos" africanos na história brasileira, aqui se classifica estes últimos também como colonizadores, com "tradições culturais rivais às dos europeus".

Como afirma Henrique Cunha Jr (2001), para se conhecer a história do Brasil faz-se necessário conhecer a história da África, ou melhor, não é possível conhecer a história de nosso país, sem conhecer a história dos africanos que foram escravizados

[1] Em 10 de março de 2008, foi sancionada a Lei 11.465/08. Esta nova Lei revoga a Lei 10.639/03 e acrescenta a inclusão do ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas. No entanto, trabalharei neste texto a denominação da Lei de 2003 (10.639), pois é esta denominação que obteve e tem grande popularidade na literatura acadêmica, no movimento negro e entre os docentes da educação básica a nível nacional. (Ver Brasil, 2003 e 2004)

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

pelos europeus. E que esta escravidão, segundo os autores do livro, foi o ato inicial de barbárie fundador da civilização moderna ocidental e capitalista.

Outro aspecto interessante na obra é o fato de apresentar os africanos, não como possuidores de culturas estáticas que, diante da dominação branca europeia, se tornaram passivos e assimilaram a cultura branca, pelo contrário, apesar do terror da escravidão como extremo ato de barbárie, os africanos, no encontro com europeus e as novas terras, acabaram "por produzir reencontros, fecundações e mestiçagens, que, na misteriosa alquimia da constituição de identidades, deram à luz novas e plurais formas de culturas e de identidades" (introdução).

Essa abordagem é coerente com a estruturação do texto. Dividido em oito capítulos, o livro apresenta na primeira parte o berço africano, centrada na região atlântica da África, do Senegal à Angola.

O primeiro capítulo apresenta os povos desta região desde antes da chegada dos europeus. Como dizíamos, ao contrario de uma África mítica, sem história, ali se encontravam povos, impérios e civilizações que plantavam arroz, possuíam complexas organizações político-sociais, mercados, feiras, produção de carne bovina, couro, produção têxtil, competências médicas e cirúrgicas.

Além dessas características o texto relata outras como as formas de organização familiar, onde se destaca o papel das mulheres africanas. Na questão do trabalho se evidencia a presença da escravidão entre os africanos, com algumas características muito distintas da escravidão ocidental.

Por fim, na vida urbana, na presença da escrita, nas ideias e práticas religiosas e na diversidade étnica, são destacadas como características estruturantes dessas sociedades, mostrando uma dinâmica social e cultural muito distante daqueles visões da África tribal e dos homens nus.

O segundo capítulo inicia com a discussão do termo "África", sua origem e denominação. Afirma que no início da colonização europeia o continente era conhecido como terra dos negros ou Etiópia. Os nativos do continente não tinham consciência de serem africanos. O nome é designado a partir da necessidade de classificar o território alvo da expansão europeia. Como afirmam os autores, é nesse processo de expansão que a África Atlântica vai surgindo.

África Atlântica vai surgir no contexto mundial a partir dos primeiros contatos portugueses. Desde a Idade Média já existia um contato, via mercadores mulçumanos e Berberes do Saara, no comércio de ouro, marfim e escravos.

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

Na primeira metade do século XV, os portugueses tinham projetos de conquista desse comércio e das rotas do ouro e de especiarias. A partir de então decorre a consolidação de um caminho direto dos europeus no oceano atlântico e para as Índias.

Os primeiros contatos diretos entre europeus e os povos do continente africano iniciam-se como área de produção de ouro que rapidamente se transformaria num enorme mercado de escravos. Quem eram esses povos? Como descrevem os autores, eram: os Jalofos, os fulas, os falupos, os limbas, os malis e dezenas de outros.

Um dos fatores que propiciaram a escravidão e o tráfico europeu desses povos foi a fragmentação política e as rivalidades entre estados e reinos locais. Nas guerras imemoriais entre eles, os prisioneiros eram feitos escravos. Esses, ressaltam os autores, não se encontravam nas mesmas condições da escravidão colonial. Na utilização do termo técnico, a escravidão já existente em África era doméstica, ou de linhagem ou de parentesco. É somente com a chegada dos europeus que a escravidão se tornou mercantilizada. Esse tráfico mercantil se apropriará das tradições nativas de escravidão e transformará "a África Atlântica em fornecedora de braços para lavouras e minas localizadas no outro lado do oceano" (p. 37).

A informação interessante, que desmistifica relatos de manuais de história de que os europeus chegam na África capturando negros, é que a eficácia do tráfico teve a cumplicidade das sociedades africanas. Nas guerras e rivalidades entre estados e reinos, os capturados eram escravizados por outros membros dominantes desses estados e reinos. Esses escravos eram geralmente prisioneiros de guerra, endividados, mulheres adúlteras ou acusadas de bruxaria, os criminosos, os filhos ilegítimos, etc., porém devido a certas condições, esses, depois de alguns anos, poderiam ser integrados a sociedade que os escravizou.

O capítulo ainda faz uma descrição detalhada das condições do tráfico, como se faziam as trocas de mercadorias entre produtos europeus e escravos, como eram as condições dos navios chamados negreiros, a alimentação dos escravizados nos navios, a escolha dos escravos nos portos, além das formas de resistências daqueles que estavam prestes a serem embarcados para o novo mundo.

O breve capítulo três é uma descrição de como os africanos eram vistos pelos europeus. Como dizíamos anteriormente, a África Atlântica foi uma invenção europeia.

Na Europa anterior a modernidade e a expansão marítima no atlântico, os povos da Europa se consideravam como habitantes do centro do mundo. Tudo que estava fora ou era parte do mundo de Deus ou do Diabo. Nesta época, a chamada Etiópia ou "país

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

dos negros” eram associados a cor negra que por sua vez se vinculava a escuridão, ao mal, ao inferno e as criaturas das sombras. Fora da Europa, as outras partes do mundo eram pavorosas ou caóticas.

Sendo a religião cristã dominante na Europa, as visões de dentro para o resto do mundo estavam permeadas por estereótipos associados a ela. Nem o mundo islã escapou dessas visões como: terra do Diabo ou mundo do mal e das trevas. Além disso, se criavam imagens exóticas dos povos fora da Europa, como bem ilustrado na página 61: homens com cabeça de cachorro, de um pé só, com o rosto no tórax, etc. A África, por exemplo, era amaldiçoada a animalidade, daí se justifica a semelhança entre macacos símios e os africanos.

Esses estereótipos não eram ingênuos, mas percebida também como uma justificação da escravidão, pois, esta seria uma empresa capaz de introduzir os africanos a uma cultura superior e a salvação de suas almas.

No capítulo quatro, descreve-se uma história pouco conhecida em nossos manuais de história: a presença dos africanos na Europa. Ao contrário do que se imagina, muitos africanos foram levados para o velho mundo. Lá, se tornavam escravos dos senhores de terras e aristocratas, apesar do trabalho escravo não ser a força propulsora da economia europeia. Além dos trabalhos domésticos, realizavam muitos outros serviços manuais pesados.

Na Inglaterra, na Holanda, em Portugal, na Espanha, na França, etc., apesar de viverem nos primeiros tempos da modernidade marcados pelo renascimento e o iluminismo, os africanos tinham legislações especiais que os mantinham na condição de escravos. Uma contradição que coloca a discussão de como os princípios da modernidade nascente se assentaram numa visão etnocêntrica e fundamentou os princípio do racismo moderno, como bem situou Gilroy (2001). O capítulo ainda descreve as resistências e negociações dos africanos para sobreviverem a tal condição.

O quinto capítulo faz um retorno à África, especialmente na área da Senegâmbia. Muito rico em informações, descreve as estruturas sociais dos Estados do Sudão ocidental e seus vários povos. Descreve também as formas de relações de trabalho, a existência de um intenso comércio interno, agricultura, artesanato, feiras, as formas de escravidão e os primeiros contatos com os europeus, especialmente como essas estruturas sociais e econômicas mudam com a chegada dos portugueses.

A partir do século XVI, como afirmam os autores, “os povos desta região passaram de um isolamento relativo à integração progressiva nos circuitos do mercado

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

mundial, organizado pelas navegações transatlânticas" (p.108). Decorre daí a militarização da área, a violência, a multiplicação de conflitos entre reinos e uma reação: "o surgimento de um vasto movimento religioso mulçumano (religiosidade que já se encontrava na África desde o século VII), cujo objetivo era unificar a região e lutar contra o tráfico negreiro" (p.108). Como se observa, não eram povos sem história, passivos e de homens nus primitivos. A história é bem outra.

Perto da Senegânbia se encontra a costa do ouro, do marfim e dos escravos, objeto de estudo do capítulo seis. Com a chegada dos europeus a modificação foi profunda, de povos e reinos que se desenvolviam com o comércio saariano, extração do ouro, lavouras, produção de sal, etc., a economia deu um giro significativo para exportação de cativos. Os europeus, tomando posse da costa, implementaram uma corrida comercial pelos escravos, relegando o ouro a uma importância secundária, principalmente depois do achado das minas americanas.

O capítulo discorre sobre os diversos povos, reinos e cidades importantes da região como: os Axantes e o reino do Benim. Os portugueses encontraram cidades maiores do que algumas existentes na Europa. Palácios, tecelagem, torres, mega-empórios e uma estrutura social composta de aristocratas, religiosos, políticos etc.

Outro reino encontrado no noroeste do Benim foi o reino Fon do Daomé. Como descreve os autores: "Na capital, grande Alada, cidade de 25 km de circunferência e cerca de 30 mil habitantes, encontrava-se o palácio real com dois andares e numerosos aposentos abrindo-se para pátios arejados" (p.120).

Outros povos são descritos como aqueles já conhecidos entre nós brasileiros: os Iorubas. Na descrição deste povo, já que existem várias fontes históricas no Brasil, se dedicam algumas páginas a mais. Relatam-se ainda, ao sul do Benim os itsequiris, depois mais ao sul, no atual Camarões, os ibibios, também com uma estrutura social complexa.

O reino do Congo e a região do atual Angola são descritos no penúltimo capítulo. Afirmam os autores que quando os portugueses ali chegaram "encontraram uma organização estatal hierarquizada" (p.138).

A população se dedicava a agricultura, comercializavam sal e peixes. Alguns desses povos tinham moeda própria, conheciam as tecnologias do ferro e tinham uma organização cultural e religiosa complexa. Segundo os autores, a postura da Coroa portuguesa frente a esses povos era peculiar, pois era vantajoso aliar-se a um poderoso reino da África central para aberturas de rotas comerciais. Daí as descrições de

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

negociações entre os reinos e a Coroa portuguesa, os projetos de evangelização, as guerras e os acordos diplomáticos.

O último capítulo intitula-se *apogeu e declínio*. Aqui se demarca o significado da chegada dos europeus tanto para esses como para os povos africanos. A partir do século XV, afirmam, "a história da África Atlântica está intimamente relacionada às transformações do tráfico internacional de escravos" (p.166).

O tráfico foi o cerne tanto do desenvolvimento econômico europeu, que propiciou a chamada acumulação primitiva de capital, quanto às profundas modificações no desenvolvimento dos reinos africanos. E mais, viabilizou os sistemas de agricultura comercial no novo mundo e a formação de vários impérios coloniais europeus.

Descrevendo o significado deste comércio, o livro termina com a reflexão sobre os conflitos criados tanto em África como entre os países europeus coloniais. Guerras, contrabandos, altos lucros e intensas modificações sociais, culturais e econômicas. Um período conturbado, que oscilava entre guerras e paz.

A ocupação da África pelos europeus até o século XIX não se deu por todo o continente, mas somente ocupações pontuais de feitorias ou pequenas faixas litorâneas. A participação dos próprios povos africanos no comércio de cativos foi fundamental para o sucesso desse comércio.

Com o avançar dos séculos, as profundas modificações na Europa, desencadeada pela revolução francesa, pela revolução industrial e pela ascensão da burguesia e do capitalismo, fizeram com que o regime de escravidão começasse a desmoronar e ter menos apoio internacional. Assim, cresce o movimento abolicionista na França e na Inglaterra.

Em meados do século XIX, o tráfico entra em declínio e com ele grande parte dos reinos e estados que assentaram seu domínio sobre o comércio de cativos. O fim do tráfico representou "a multiplicação da matança de prisioneiros de guerra, fato registrado, em 1857, por um viajante francês" (p.174).

Aqui começa outro período histórico da região, que desembocará na ocupação efetiva e militar do território africano pelos europeus. Mas, para continuar a contar esta história, os autores teriam que estender em muito o livro.

O que se destaca no conjunto da obra, e por isso vale a pena ser lido e, principalmente, utilizado em sala de aula na disciplina de história do ensino fundamental e médio, é a descrição de uma história relegada à invisibilidade.

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

Essa invisibilidade não é fruto de um mero racismo, mas faz parte de toda uma construção complexa que envolve as estreitas relações entre um projeto de construção de nação, oriundo da época do Império no Brasil, baseado em padrões europeus, que por sua vez se refletiu nas construções dos manuais de história, nos currículos oficiais de história e humanidades no ensino básico e, claro, um projeto de identidade nacional construído em base eurocêntrica e branca, bem expresso em propostas de branqueamento da população brasileira feita por intelectuais influentes nas primeiras três décadas do século XX.

Uma construção identitária que prevalece ainda hoje, pois ainda não temos, apesar do advento do novo artigo da LDB e das discussões sobre ações afirmativas, um conhecimento sistematizado nos currículos de graduação e licenciaturas na maioria das universidades brasileiras e, o mais importante, na formação de professores da área de história e ciências humanas priorizam-se enfoques eurocêntricos, onde o outro (não ocidental), não é visto como sujeitos de sua própria história.

Numa palestra realizada por mim, numa escola do subúrbio do Rio de Janeiro, depois de descrever sobre os diversos povos africanos antes da chegada dos europeus e mostrar como os africanos construíam sua história e civilizações, um aluno perguntou: professor, então nós devemos estudar a história novamente? A resposta era obvia: sim, porque se aprendermos que nossos ancestrais estavam construindo grandes civilizações, que dominavam técnicas de navegação, de agricultura e de metalurgia, que tinham uma relação com a natureza não predatória, que expressavam uma cultura extremamente rica, etc, teríamos o orgulho de sermos a segunda maior nação negra do planeta, e não estaríamos nos questionando quem é e quem não é negro no Brasil. Enfim, teríamos nossa autoestima no posto que ela deveria estar, e de consequência, talvez não brigaríamos por meras cotas que no fundo não nos tornam definitivamente visíveis na sociedade. Nossos estudantes teriam orgulho de afirmar que também são filhos de nossos ancestrais africanos.

Neste sentido, para nós do movimento negro, para o estudante e para o professor do ensino fundamental e médio, o livro de Del Priore e Venâncio mostra que saber-se descendente de “escravos” é um sentimento muito diverso de saber-se descendente de civilizações africanas que dominavam tecnologias, conheciam formas de organização política e tinham uma riqueza cultural significativa.

A proposta de inclusão do ensino de História e Cultura da África e dos afrodescendentes, nos currículos de ensino fundamental e médio, acrescidos de livros,

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com

como este, indicará uma necessária mudança na formação dos professores de História (e das ciências humanas nas discussões da questão étnico-racial) e uma real concretização dos debates sobre a aplicação do enfoque intercultural no campo educacional brasileiro.

O estabelecimento de leis e normas de implementação curricular como as que estamos vivenciando tem o mérito de abrir discussões e de promover muitas iniciativas pedagógicas que estamos vivenciando nos últimos 10 anos em todo Brasil.

Essas iniciativas pontuais aqui e ali, e com a presença vigilante de muitas entidades dos movimentos negros, somado a futuros livros como este, nos mostra que é necessário romper as resistências de uma visão eurocêntrica da leitura da história da humanidade passando, efetivamente, de uma formação eurocentrada para uma formação intercultural, na perspectiva de construir narrativas históricas que contemplem a diversidade sociocultural encontrada nas escolas e na sociedade brasileira.

O ensino da História e Cultura da África e dos Afro-brasileir@s é um direito e não uma mera concessão. A invisibilidade de suas histórias produz o silêncio e o racismo, entretnato, como afirma LARROSA (1994 p. 69): "É contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo".

Luiz Fernandes de Oliveira é Doutor em Educação pela PUC – Rio, Professor da UFRRJ no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) e militante do Instituto Búzios.

Referências

BRASIL. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.* D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília: MEC, 2004.

CUNHA Jr, Henrique. *História africana na formação dos educadores*. Mimeo. 2001.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro.* São Paulo: Ed. 34 / Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – CEAA, 2001.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994: 35-86.

PDF Creator - PDF4Free v3.0 http://www.pdf4free.com